



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Central Eólica Gravier S.A.

31 de dezembro de 2023



SUMÁRIO

Relatório da administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	04
Balancos patrimoniais	07
Demonstração do resultado	08
Demonstração do resultado abrangente	09
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
1 Contexto operacional	12
2 Base de preparação e apresentação	12
3 Caixa e equivalentes de caixa	18
4 Contas a receber	19
5 Imobilizado	19
6 Intangível	20
7 Fornecedores	21
8 Arrendamentos	21
9 Provisão para compromissos futuros	21
10 Patrimônio Líquido	22
11 Transações com partes relacionadas	24
12 Receita líquida	24
13 Custos e despesas operacionais	25
15 Tributos a recolher sobre o lucro	26
16 Instrumentos financeiros e gestão de riscos	26
17 Cobertura de seguros	28
18 Compromissos	28
19 Informações complementares ao fluxo de caixa	29

Relatório da administração

Senhores acionistas,

A Central Eólica Gravier S.A. registrou geração bruta de energia de 222.413,92 MWh em 2023, alcançando a receita líquida de R\$44,8 milhões. As compras de energia totalizaram R\$2,3 milhões, em decorrência das transações comerciais de curto prazo. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, foi de R\$33,1 milhões (margem EBITDA de 73,9%) e o lucro líquido registrou o valor de R\$12,4 milhões (margem líquida de 27,7%).

Belo Horizonte, 27 de março de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Diretores da
Central Eólica Gravier S.A.
Icapuí - RN**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Gravier S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Gravier S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

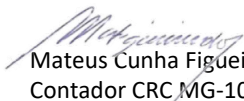
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-
014428/O-6 F-MG


Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	28.826	6
Contas a receber	4	4.604	3.457
Tributos a recuperar		99	1
Outros ativos		834	-
Total do ativo circulante		34.363	3.464
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	5	409.750	420.720
Intangível	6	1.426	2.347
Total do ativo não circulante		411.176	423.067
Total do ativo		445.539	426.531
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	16.576	18.475
Tributos a recolher sobre o lucro		573	32
Tributos e contribuições sociais a recolher		316	175
Arrendamentos		638	-
Provisão para compromissos futuros	8	541	583
Dividendos a pagar		1.187	-
Outros passivos		51	104
Total do passivo circulante		19.882	19.369
NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos		5.745	-
Provisão para compromissos futuros	8	3.992	5.153
Total do passivo não circulante		9.737	5.153
Total dos passivos		29.619	24.522
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	9		
Capital social		412.109	353.020
Reservas de lucros		3.811	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	56.400
Prejuízos acumulados		-	(7.411)
Total do patrimônio líquido		415.920	402.009
Total do passivo e do patrimônio líquido		445.539	426.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA	11	44.816	3.817
Energia elétrica comprada para revenda		(2.254)	47
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(4.515)	(1.848)
Depreciação e amortização		(19.728)	(1.682)
Outros custos com geração de energia		(4.521)	(876)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	12(a)	(31.018)	(4.359)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		13.798	(542)
Despesas gerais e administrativas	12(b)	(417)	(4.327)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(417)	(4.327)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		13.381	(4.869)
Receitas financeiras	13	1.668	5
Despesas financeiras	13	(839)	(32)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		14.210	(4.896)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.801)	(32)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	9(d)	12.409	(4.928)
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação – R\$		0,000043	(0,000016)
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)		289.953.523	310.975.523

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	12.409	(4.928)
Total do resultado abrangente do exercício	12.409	(4.928)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros			Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	
Em 31 de dezembro de 2021		226.888	69.669	-	-	(2.483)	294.074
Aumento de capital		126.132	(126.132)	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	112.863	-	-	-	112.863
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(4.928)	(4.928)
Em 31 de dezembro de 2022	9	353.020	56.400	-	-	(7.411)	402.009
Aumento de capital		59.089	(59.089)	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.689	-	-	-	2.689
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	12.409	12.409
Reserva legal		-	-	250	-	(250)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.187)	(1.187)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	3.561	(3.561)	-
Em 31 de dezembro de 2023	9	412.109	-	250	3.561	-	415.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		12.409	(4.928)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	5 e 6	19.728	1.682
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		805	-
Imposto de renda e contribuição social		1.801	32
		34.743	(3.214)
Variação de ativos e passivos			
Contas a receber	4	(1.147)	(3.457)
Tributos a recuperar		(98)	8
Outros ativos		(834)	-
Fornecedores	7	13.796	32.795
Tributos e contribuições sociais		(91)	-
Outros passivos		88	55
		11.714	29.401
Caixa gerado (consumido) pelas operações			
		46.457	26.187
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.169)	-
Pagamentos compromissos futuros		(464)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		44.824	26.187
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
No imobilizado	5	(18.114)	(139.072)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(18.114)	(139.072)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	9(c)	2.689	112.863
Pagamentos de arrendamentos		(579)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		2.110	112.863
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa			
		28.820	(22)
No início do exercício	3	6	28
No fim do exercício	3	28.826	6
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa		28.820	(22)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Central Eólica Gravier S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, implantação, operação, manutenção e exploração de parque eólico localizado no Município de Icapuí, Estado do Ceará. A Companhia é controlada pela Aliança Geração de Energia S.A.

A Companhia obteve junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), resolução autorizativa nº 9.122 de 18 de agosto de 2020, que autorizou a exploração, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, da Central Geradora Eólica Gravier - EOL Gravier (“EOL Gravier”), o qual os ativos da Companhia são parte, localizada no município de Icapuí, no Estado do Ceará e possui capacidade instalada de 71,4 MW e garantia física de 28,1 MW médios.

A autorização irá vigorar pelo prazo de 35 anos, a contar da data de publicação da Resolução Autorizativa, com vencimento em agosto de 2055.

A Companhia teve início da operação comercial em dezembro de 2022, contando com 17 unidades geradoras de 4,2 MW cada, e potência instalada de 71,4 MW e garantia física de 28,1 MW médios.

A ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.029 de 25 de julho de 2022 resolveu, em dezembro de 2022, liberar para início da operação comercial as unidades geradoras das Central Eólica Gravier, por meio dos despachos nº 3.171, 3.410, 3.677 e 3.724, sendo que partir da data de liberação em teste das unidades geradoras a energia produzida foi disponibilizada no sistema.

Comercialização de energia

A Companhia possui, contrato para venda da energia gerada no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) com três clientes.

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Em 27 de março de 2024, o Conselho de Administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e autoriza a sua conclusão.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável (“Impairment”) de ativos.

2.3 | Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 | Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 5 e 6 – Depreciação e amortização** – taxa de depreciação: vida útil dos ativos;
- **Nota 5 - Recuperabilidade dos ativos** - teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 9 - Provisões para compromissos futuros** - mensuração da provisão: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota 4 - Fornecimento/suprimento não faturado de energia elétrica** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de faturamento.

2.5 | Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente são como segue:

a. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a receber, além de outros ativos.

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (i) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros;
- (ii) quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem fornecedores, arrendamentos e outros passivos.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Ativos e passivos avaliados ao custo amortizado

- **Ativos financeiros:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos e outros valores a receber de partes relacionadas. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;

- **Passivos financeiros:** encontram-se nesta categoria os fornecedores e arrendamentos. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos, fornecedores, arrendamentos, dividendos a pagar e outros passivos como próximos aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

b. IMOBILIZADO

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que refletem a vida útil estimada dos bens. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da autorização, não é reconhecido qualquer valor residual e tais taxas são ajustadas para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da autorização.

Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível - “impairment”

A Companhia avalia anualmente, os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

c. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de autorização de serviços.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de autorização. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

Para maiores detalhes sobre a política do intangível vide Notas Explicativas nos 5 Imobilizado em avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – *impairment*.

d. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Ativos financeiros

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor. Para maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 5.

e. PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há processos judiciais classificados como risco de perda provável.

Provisões para compromissos futuros

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira, e as alterações nos fluxos futuros estimados com a consequente alteração na taxa de desconto são reconhecidos no ativo da Companhia.

De acordo com o OCPC 05 - Contratos de concessão, após a entrada em operação dos empreendimentos é exigido pela legislação ambiental brasileira que sejam obtidas as licenças de operação, que dependendo dos órgãos ambientais de cada município e estado podem ter prazo entre dois e cinco anos ou ainda outro prazo, mas sempre limitado a 10 anos. Caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado deve ser registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos deve ser provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação em contrapartida passivo – compromissos futuros e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

f. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. A provisão para tributos sobre o lucro é calculada individualmente por entidade.

Nesta sistemática, são aplicadas alíquotas de presunção sobre o faturamento bruto: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. Somam-se a essas bases presumidas as outras receitas e as receitas financeiras, conforme a legislação vigente. Por fim, sobre esses totais, são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento do exercício para cada um dos tributos: 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

A Companhia adota o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social pelo lucro presumido conforme o regime de competência.

g. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem juros sobre arrendamentos e outras despesas financeiras.

h. RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES

As receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente.



A Companhia auferir receitas provenientes principalmente pelo suprimento de energia elétrica e reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é suprida, mediante a multiplicação do consumo físico medido pela tarifa negociada/contratada.

i. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

j. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso como “imobilizado” e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto.

A Companhia utiliza julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação, quando aplicável. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

2.6 | Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- (a) Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26 e CPC 23);
- (b) Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06);
- (c) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 03 e CPC 40); e
- (d) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 | Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a).

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e contas bancárias	6	6
Recursos mantidos em aplicações financeiras	28.820	-
	28.826	6

As aplicações financeiras correspondem as operações contratadas em instituições financeiras, sendo que todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Compõe-se substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI que variam entre 98% e 101% em 2023 (0% em 31 de dezembro de 2022), conforme definido quando da contratação de cada operação.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 16.

4 | Contas a receber

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a) e (h).

	31/12/2023	31/12/2022
Industrial e equivalentes	2.522	-
Suprimentos a outras concessionárias	1.939	-
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	143	3.457
	4.604	3.457

O prazo médio de recebimento dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo do contas a receber da Companhia possui títulos a vencer inferiores a 60 dias. Além disso, não possuímos títulos vencidos e não há provisão para perda esperada. Para maiores detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia vide nota explicativa nº 15.

5 | Imobilizado

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (b) e (d).

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a Companhia é como segue:

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Desmantelamento (a)	Imobilizado em curso	TOTAL
Custo de aquisição						
Em 31/12/2021	-	-	-	-	296.645	296.645
Adições	-	-	-	3.681	122.074	125.755
Transferência	-	949	417.770	-	(418.719)	-
Em 31/12/2022	-	949	417.770	3.681	-	422.400
Adições	6.519	-	-	-	2.419	8.938
Baixas	-	-	-	(737)	-	(737)
Em 31/12/2023	6.519	949	417.770	2.944	2.419	430.601
Depreciação						
Adições	-	(5)	(1.675)	-	-	(1.680)
Em 31/12/2022	-	(5)	(1.675)	-	-	(1.680)
Adições	(288)	(32)	(18.722)	(129)	-	(19.171)
Em 31/12/2023	(288)	(37)	(20.397)	(129)	-	(20.851)
Valor líquido						
Em 31/12/2022	-	944	416.095	3.681	-	420.720
Em 31/12/2023	6.231	912	397.373	2.815	2.419	409.750
Taxa média de depreciação	8,84%	3,37%	4,48%	3,89%	0,00%	4,49%

As imobilizações em curso compreendem os gastos incorridos para construção do parque eólico.

Como a autorização outorgada para a Companhia não há indenização no final da autorização, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da

autorização. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados, que são de vida útil definida.

a. Provisão para desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado a provisão dos custos decorrente da desmobilização, com base no valor presente do fluxo de caixa esperado para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados ao parque e de restauração do local ao final do prazo de autorização de operação. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 9,16% (9,47% em 31 de dezembro de 2022), baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. Em 31 de dezembro de 2023, o montante líquido registrado é de R\$2.815 (R\$3.681 em 31 de dezembro de 2022).

Para mais detalhes sobre a provisão de desmobilização, veja nota nº 9 - Provisão para compromissos futuros.

6 | Intangível

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (c).

A composição dos ativos intangíveis da Companhia é como segue:

	Licença ambiental (a)	Servidão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição				
Em 31/12/2021	-	-	294	294
Adições	2.055	-	-	2.055
Transferência	-	294	(294)	-
Em 31/12/2022	2.055	294	-	2.349
Baixas	(364)	-	-	(275)
Em 31/12/2023	1.691	294	-	2.074
Amortização				
Adições	-	(2)	-	(2)
Em 31/12/2022	-	(2)	-	(2)
Adições	(548)	(9)	-	(557)
Em 31/12/2023	(548)	(11)	-	(559)
Valor líquido				
Em 31/12/2022	2.055	292	-	2.347
Em 31/12/2023	1.143	283	-	1.426
Taxa média de amortização	64,81%	3,06%	-	53,71%

a. Licença ambiental

A Companhia reconheceu o ativo pela licença operacional plena, amortizado com a taxa média de 36,37% ao ano, seguindo o período de vigência da licença.

7 | Fornecedores

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a).

A composição dos fornecedores é como segue

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores imobilizado	15.695	8.958
Fornecedores de materiais e serviços	881	9.517
Total	16.576	18.475

O prazo médio de pagamento da Companhia é na média de 28 dias em 31 de dezembro de 2023 (26 dias em 31 de dezembro de 2022). Sobre os saldos não há incidência de juros.

8 | Arrendamentos

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (j).

	Taxa	Vencimento		31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos terrenos	8,53%	28/08/2045	R\$	6.383	-
Total				6.383	-

Classificadas como:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	638	-
Passivo não circulante	5.745	-
Total	6.383	-

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Adições / (Baixas)	6.519
Pagamentos	(579)
Juros reconhecido no resultado do exercício	443
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.383

9 | Provisão para compromissos futuros

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (e).

A movimentação da provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.736
Adições / (Baixas)	(1.101)
Pagamentos	(464)
Atualizações	362
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.533

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	541	583
Passivo não circulante	3.992	5.153
	4.553	5.736

Considerando que: (i) a Companhia obtém licenças ambientais e, conseqüentemente, deve cumprir as obrigações nelas constantes para operar; (ii) essa obrigação decorre de eventos já ocorridos; e (iii) se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no seu ativo intangível conforme estabelecido pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão. Durante o prazo de vigência das licenças de operação tais custos são registrados no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação de seus empreendimentos em operação.

Os custos de desmobilização de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente para mensuração do valor das provisões para compromissos futuros utilizando uma taxa média de desconto nominal de 9,16% no exercício de 2023, no custo total estimado de R\$49.811 (9,47% de taxa de desconto e R\$70.625 de custo em 2022).

10 | Patrimônio Líquido

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (i).

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia era de R\$412.109 (R\$353.019 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 412.109.100 (quatrocentos e doze milhões, cento e nove mil e cem) (353.019.523 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social da Companhia é conforme segue:

Acionista	31/12/2023		31/12/2022	
	(No de Ações)	(Em R\$)	(No de Ações)	(Em R\$)
Aliança Geração de Energia S.A.	412.109.000	412.109	353.019.523	353.020
	412.109.000	412.109	353.019.523	353.020

(b) Aumento de capital

Em 30 de junho de 2023, a assembleia geral extraordinária deliberou sobre o aumento de capital da Companhia no montante de R\$59.089 (Em 2022 o montante de R\$126.132) mediante a emissão de 59.089.577 (em 2022, o montante de 126.132.000) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

(c) Adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”)

Durante o exercício de 2023, a Companhia registrou o valor de R\$2.689 (R\$112.863 em 2022) correspondentes a 2.689 ações (112.863.000 ações em 2022), como adiantamento para futuro aumento de capital. Ainda durante o exercício de 2023, a Companhia integralizou capital, por meio de “AFAC” anteriormente efetuados, no valor total de R\$59.090.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	56.400	69.669
AFAC efetuados	2.689	112.863
AFAC integralizados no Capital Social	(59.090)	(126.132)
Saldo no final do exercício	-	56.400

(d) Reserva Legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social. Em 2023, o saldo dessa reserva é de R\$250 (R\$0 em 31 de dezembro de 2022).

Lucro líquido do exercício 2023	12.409
Prejuízo líquido acumulado	(7.411)
Resultado líquido do exercício 2023	4.998
Reserva legal (5% Lucro líquido do exercício)	(250)
Saldo reserva legal em 31 de dezembro de 2022	-
Constituição da reserva legal em 2023	250
Saldo reserva legal em 31 de dezembro de 2023	250

(e) Reserva de retenção de lucros

De acordo com o art. 197 da Lei das Sociedades por Ações, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros.

A administração é responsável pela destinação do lucro de acordo com o estatuto social ou seu instrumento legal e pela observância da legislação societária que trata do assunto e foi dado cumprimento ao estabelecido. Em 2023, o valor destinando para essa a reserva de retenção de lucros é de R\$3.561 (R\$0 em 2022).

(f) Dividendos

Ao acionista é assegurado o dividendo mínimo estatutário de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária brasileira após a constituição da reserva legal, quando aplicável. Os lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios foram transferidos para a reserva de retenção de lucros.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	12.409	-
Prejuízo líquido acumulado	(4.928)	-
Resultado líquido do exercício	4.998	-
Constituição da reserva legal	(250)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(1.187)	-
Reserva de retenção de lucros	3.561	-

Durante o exercício de 2023 a Companhia realizou o pagamento de R\$1.640 a título de dividendos (R\$0 em 2022).

(g) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o prejuízo líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo básico e diluído por ação.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	12.409	(4.969)
Média ponderada das ações (ações em milhares)	289.953.523	310.975.682
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação (em R\$)	0,000043	(0,000016)

11 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aliança Geração de Energia S.A. (i)	-	-	1.482	1.014	-	-	859	1.014
Cemig Geração e Transmissão S.A. (ii/iii)	1.939	-	32	34	19.857	245	278	245
Vale S.A. (ii/iii)	2.521	-	-	-	30.485	-	-	-
Central Eólica São Raimundo S.A.	-	-	92	-	-	-	256	-
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	-	-	-	-	-	-	1	-
	4.460	-	1.606	1.048	50.342	245	1.394	1.259

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) prestação de serviços com *backoffice* e reembolso de despesas de viagem e serviços de engenharia; e (ii) custos com TUST (Tarifa de uso do sistema de transmissão) e (iii) venda de energia elétrica para as acionistas Vale S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

A remuneração do pessoal-chave da Administração é determinada e diretamente paga através da sua controladora Aliança Geração de Energia S.A. e rateado conforme contrato de prestação de serviços entre as Companhias.

12 | Receita líquida

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (h).

A composição da receita líquida da Companhia é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	50.342	-
Transações com energia na CCEE	867	3.962
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(6.393)	(145)
	44.816	3.817

a. FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores para Companhia, é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Industrial ou equivalente	30.485	-
Suprimento a outras concessionárias	19.857	-
	50.342	-

b. IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

	31/12/2023	31/12/2022
Tributos sobre a receita		
PIS	(313)	(26)
COFINS	(1.444)	(119)
ICMS - substituição tributária	(4.342)	-
	(6.099)	(145)
Encargos do consumidor		
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(294)	-
	(294)	-
	(6.393)	(145)

13 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Energia elétrica comprada para revenda	(2.254)	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(4.516)	(1.848)
Depreciação e amortização	(19.728)	(1.682)
Operação e manutenção	-	(399)
Serviços de terceiros	(3.458)	(103)
Seguro operacional	(869)	-
Outros custos	(175)	(327)
	(31.018)	(4.359)

b. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Encargos de uso da rede básica de transmissão	-	(2.299)
Energia elétrica comprada para revenda	-	(42)
Serviços de terceiros	(377)	(1.204)
Outras despesas operacionais	(40)	(782)
	(417)	(4.327)

14 | Receitas e despesas financeiras

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (g).

A composição do resultado financeiro é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	1.654	-
Outras receitas financeiras	14	5
	1.668	5
Despesas financeiras		
Encargos financeiros – compromissos futuros	(362)	-
Encargos financeiros – arrendamento	(443)	-
Outras	(34)	(32)
	(839)	(32)
	829	(27)

15 | Tributos a recolher sobre o lucro

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (f).

Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais, combinadas das despesas de imposto de renda e contribuição social reconhecidas em resultado para o exercício de 2023 e 2022, conforme demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta tributada pelo regime de caixa	48.840	807
Presunção imposto de renda – 8% (i)	3.907	65
Presunção contribuição social – 12% (ii)	5.861	97
Demais receitas e ganhos de capital (iii)	943	57
Base de cálculo do Imposto de Renda (i) + (iii)	4.850	122
Imposto de renda – 15%	728	18
Adicional de Imposto de renda – 10%	461	-
Total de IRPJ (iv)	1.189	18
Base de cálculo da Contribuição Social (ii) + (iii)	6.804	154
Contribuição Social – 9%	612	14
Total da CSLL (v)	612	14
Imposto de Renda e Contribuição Social (iv) + (v)	1.801	32

16 | Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e contas a receber e outros passivos.

Categoria dos instrumentos financeiros

<i>Ativos financeiros:</i>	31/12/2023	31/12/2022
Custo amortizado		
Equivalentes de caixa	28.820	-
Contas a receber	4.604	3.457
Outros ativos	834	-
	34.258	3.457

<i>Passivos financeiros:</i>	31/12/2023	31/12/2022
Custo amortizado		
Fornecedores	16.576	18.475
Arrendamentos	6.383	-
Dividendos a pagar	1.187	-
	24.146	18.475

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como os saldos de caixa e equivalentes de caixa, entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os arrendamentos, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras relevantes, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Acionista da Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:					
- Pós-Fixadas					
Fornecedores	17.260	-	-	-	17.260
Arrendamentos	171	491	2.168	3.813	6.643
Dividendos a pagar	-	1.187	-	-	1.187
	17.431	1.678	2.168	3.813	25.090

Risco de crédito

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de seu acionista no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	28.326	6
Contas a receber	4.604	3.457
Total da exposição	32.930	3.463

Riscos de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são consideráveis bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

17 | Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía cobertura de seguros contra riscos operacionais no montante de R\$159.136 e de responsabilidade civil no montante de R\$6.266, os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

18 | Compromissos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía os seguintes compromissos assumidos:

Contrato de operação e manutenção (O&M)

A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$19.074 em 31 de dezembro de 2023 (R\$29.961 em 31 de dezembro 2022).

Contrato de uso do sistema de transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31 de dezembro de 2023, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$11.001.

Contrato de arrendamento

A Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão sendo implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida por aerogerador implantado no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é R\$13.059 (R\$13.724 em 31 de dezembro de 2022).

19 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Adição/(Baixa) provisão para compromisso futuro – desmantelamento	(737)	3.681
Adição/(Baixa) provisão para compromissos futuros – licença de operação	(364)	2.055
Arrendamento	(1.101)	5.736

DIRETORIA

Sandro Magno de Figueiredo e Horta
Diretor Técnico

Carlos Henrique Afonso
Diretor Administrativo

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG – 105611/O-3



A nova geração da energia.

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0301696

Passo 3 - Digite a senha: r5D5qr3x